



## Decisão 01812/2022-9 - 2ª Câmara

**Processo:** 06394/2019-8

**Classificação:** Atos Sujeitos a Registro - Aposentadoria

**UG:** IPAJM - Instituto de Previdência Dos Servidores do Estado do Espírito Santo

**Relator:** Marco Antônio da Silva

**Interessado:** ELIETE FERNANDES TAYLOR

### **ATOS SUJEITOS A REGISTRO – APOSENTADORIA – REGISTRO – RECOMENDAÇÃO – CIÊNCIA – ARQUIVAR.**

1. O preenchimento dos requisitos legais e constitucionais, no que se refere ao ato concessório, aliado à correta fixação dos proventos, impõe o registro do ato em apreço, com expedição de recomendação.

### **O RELATOR EXMO. SR. CONSELHEIRO SUBSTITUTO MARCO ANTONIO DA SILVA:**

Versam os presentes autos acerca de **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, concedida à servidora em epígrafe, a partir de **04/02/2019**, por meio da **Portaria 657/2019**, com supedâneo no art. 3º, incisos I, II, III e parágrafo único, da Emenda Constitucional 47/2005, que se submete à apreciação desta Corte de Contas para fins de **REGISTRO**, na forma do artigo 71, inciso III, da Carta Magna, artigo 71, inciso IV, da Constituição Estadual, e artigo 1º, inciso VI, da Lei Complementar Estadual 621/2012.

Ressalte-se que os presentes autos vieram a este Tribunal de Contas na forma física e foram digitalizados/convertidos integralmente em processo eletrônico, conforme Termo de Conversão de Processo Físico em Eletrônico e Validação de Conversão de Processo Físico para Eletrônico, tendo sido devolvido à origem por meio de Protocolo.

A área técnica, através do NRP – Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal, nos termos da Instrução Técnica Conclusiva – ITC 03914/2021-6, opinou pelo **REGISTRO** do ato.

O Ministério Público Especial de Contas, por meio de Parecer 00315/2022-7, de lavra do Procurador, Dr. Luciano Vieira, em consonância parcial com o posicionamento da área técnica, pugnou pelo registro do ato, com expedição de **recomendação**.

Conforme regular distribuição vieram os autos a este magistrado de contas para emissão de relatório e voto para efeito de deliberação do Colegiado, na forma do art. 29 do Regimento Interno, Resolução TC 261/2013.

**É o sucinto relatório.**

## **VOTO**

Tratam os presentes autos de aposentadoria, encaminhada a este Egrégio Tribunal de Contas para efeito de análise e posterior apreciação, em razão da documentação que lhe deu suporte.

### **1. DAS CONSIDERAÇÕES DE FATO E DE DIREITO:**

A interessada aposenta-se no cargo de Auxiliar de Enfermagem – QSS, II-15, do Quadro Permanente do Serviço Civil do Poder Executivo, contando com 35 anos, 1 mês e 1 dia de serviço/contribuição, sendo os proventos fixados no valor de R\$ 2.282,74 (dois mil, duzentos e oitenta e dois reais e setenta e quatro centavos).

Assim, transcreve-se os termos da conclusão do Parecer 00315/2022-7, de lavra do Procurador Luciano Vieira, *verbis*:

[...]

## 2 – CONCLUSÃO

Posto isso, oficia o **Ministério Público de Contas**:

**2.1** – com fulcro no art. 71, inciso III, da CF c/c art. 117, inciso I, da LC n. 621/2012, oficia para que seja concedida autorização para o registro do ato;

**2.2** - nos termos do art. 1º, inciso XXXVI, da LC n. 621/2012, seja expedida recomendação ao instituto previdenciário para que observe rigorosamente o disposto no art. 15 da IN TC n. 31/2014, notadamente quanto à necessidade de efetuar a indicação na planilha de fixação dos proventos do suporte legal de cada rubrica da remuneração do servidor, inclusive do “subsídio/vencimento”, devendo-se relacionar o histórico de alterações legislativas do respectivo valor. -g.n.

Verifica-se que a motivação do Órgão Ministerial quando solicita a expedição da recomendação dirigida ao órgão de origem, quanto à observância rigorosa do disposto no art. 15 da IN/TC 31/2014, essa se dá ante a ausência de demonstração na planilha de fixação dos proventos do dispositivo legal pertinente ao vencimento/subsídio, além de leis posteriores que alteraram o seu valor.

Ocorre que, como demonstrado pelo Digníssimo Procurador de Contas, assim como em conformidade com a análise técnica procedida e informações contidas nos autos, a concessão do benefício e o seu valor estão de acordo com o dispositivo constitucional que o fundamenta e com a última remuneração do servidor, o que confirma a legalidade do ato e do valor fixado.

Dessa forma, entendo que assiste razão à área técnica e ao douto representante do Ministério Público Especial de Contas que opinaram pelo registro do ato, podendo-se expedir a recomendação sugerida.

Afinal, a documentação constante dos autos, bem como o fundamento legal do ato concessório evidenciam a regularidade da aposentadoria em apreço.

## 2. DO DISPOSITIVO:

Ante o exposto, acompanhando a área técnica e o Ministério Público Especial de Contas, proponho **VOTO** no sentido de que o Colegiado aprove a seguinte minuta de **Decisão** que submeto à sua consideração.

**MARCO ANTONIO DA SILVA**

Relator

## **1. DECISÃO TC- 1812/2022-9:**

**VISTOS**, relatados e discutidos estes autos, **DECIDEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

**1.1. REGISTRAR** a **Portaria 657/2019**, que concedeu aposentadoria à Sra. **Eliete Fernandes Taylor**, a partir de **04/02/2019**, com proventos fixados no valor de **R\$ 2.282,74** (dois mil, duzentos e oitenta e dois reais e setenta e quatro centavos);

**1.2. RECOMENDAR** ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo que observe, rigorosamente, o disposto no art. 15 da IN TC n. 31/2014, quanto à necessidade de efetuar a indicação na planilha de fixação dos proventos do suporte legal de cada rubrica da remuneração, do “subsídio/vencimento” e o histórico de alterações legislativas do respectivo valor, nos termos do Parecer do Órgão Ministerial;

**1.3. DAR CIÊNCIA** aos interessados;

**1.4. ARQUIVAR** os presentes autos.

**2. Unânime.**

**3. Data da sessão:** 03/06/2022 - 22ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara.

**4. Especificação do quórum:**

**4.1. Conselheiros:** Sérgio Manoel Nader Borges (presidente), Domingos Augusto Taufner e Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha.

**4.2. Conselheiro substituto:** Marco Antonio da Silva (relator).

**5. Membro do Ministério Público de Contas:** procurador de contas em substituição ao procurador-geral Luciano Vieira.

**CONSELHEIRO SERGIO MANOEL NADER BORGES**

Presidente